



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
DEPUTADO AFONSO FERNANDES – SOLIDARIEDADE

PROJETO DE LEI Nº 280 /2025

À SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS
PARA SUA TRAMITAÇÃO
Em 12/05
Presidente

**“Institui o Programa Bibliotecas Vivas
no Estado do Acre.”**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado do Acre, o Programa Bibliotecas Vivas, destinado a promover o uso ampliado, comunitário e dinâmico das bibliotecas públicas e escolares, estimulando ações de leitura, expressão cultural, mediação literária e formação cidadã.

Art. 2º - O Programa Bibliotecas Vivas terá caráter educativo, cultural e social, com implementação facultativa pelas bibliotecas da rede pública estadual e sem criação de novas despesas obrigatórias ao Poder Executivo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
DEPUTADO AFONSO FERNANDES – SOLIDARIEDADE

Art. 3º - São diretrizes do Programa Bibliotecas Vivas:

- I - incentivo à leitura, ao acesso ao livro e à formação de leitores;
- II - promoção de atividades culturais e educativas nas bibliotecas, tais como rodas de leitura, saraus, clubes do livro, contação de histórias, oficinas e encontros literários;
- III - fortalecimento do papel das bibliotecas como espaços de convivência, inclusão e participação comunitária;
- IV - valorização de escritores, artistas, mediadores de leitura e agentes culturais locais;
- V - desenvolvimento de ações que promovam diversidade cultural, memória, identidade e cidadania;
- VI - utilização das estruturas já existentes, respeitando a autonomia das bibliotecas e de seus gestores.

Art. 4º - A execução das atividades do Programa será realizada mediante:

- I - uso da infraestrutura e dos recursos humanos já disponíveis nas bibliotecas públicas e escolares;
- II - parcerias não onerosas com universidades, instituições públicas, entidades sem fins lucrativos, artistas locais e iniciativas comunitárias;
- III - mobilização voluntária de mediadores de leitura e agentes culturais interessados em colaborar.

Art. 5º - O Programa Bibliotecas Vivas não implica criação de cargos, funções, aumento de despesas ou modificação da estrutura administrativa do Poder Executivo, cabendo às bibliotecas aderirem voluntariamente às ações propostas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
DEPUTADO AFONSO FERNANDES – SOLIDARIEDADE

Art. 6º - Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes poderá apoiar o Programa de forma não onerosa, por meio de divulgação institucional, disponibilização de materiais já existentes e articulação com iniciativas culturais locais, sem qualquer obrigação financeira adicional.

Art. 7º - As unidades escolares que possuam biblioteca poderão incluir atividades do Programa em seus projetos pedagógicos, respeitando a autonomia escolar e sem prejuízo das demais atividades curriculares.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões "**Deputado Francisco Cartaxo**",
05 de dezembro de 2025.

Deputado AFONSO FERNANDES
SOLIDARIEDADE



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
DEPUTADO AFONSO FERNANDES – SOLIDARIEDADE

JUSTIFICATIVA

O Programa Bibliotecas Vivas tem como finalidade revitalizar o papel das bibliotecas públicas e escolares como espaços dinâmicos de leitura, cultura e convivência social, promovendo o acesso democrático ao conhecimento e incentivando práticas culturais de forma inclusiva e comunitária.

No contexto atual, a leitura e a circulação de bens culturais se mostram fundamentais para o desenvolvimento intelectual, emocional e social da população. As bibliotecas, especialmente as públicas, são equipamentos essenciais para a formação cidadã e a democratização do saber. No entanto, grande parte de seu potencial permanece subutilizado, tanto no Acre quanto em outros estados brasileiros.

O Programa Bibliotecas Vivas não cria obrigações financeiras ao Estado, uma vez que a execução das ações depende exclusivamente da estrutura já existente, do voluntariado e de parcerias sem ônus com instituições comunitárias, universidades e agentes culturais. Trata-se de projeto de natureza programática, que estimula boas práticas sem impor deveres administrativos ao Poder Executivo.

Sob o aspecto jurídico, o projeto é plenamente constitucional. A Constituição Federal, no artigo 24, incisos VII e IX, reconhece a competência concorrente dos estados para legislar sobre cultura, educação e proteção ao patrimônio histórico-cultural. O artigo 23, inciso V, também prevê a competência comum na promoção de programas educacionais e culturais.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
DEPUTADO AFONSO FERNANDES – SOLIDARIEDADE

A iniciativa parlamentar é legítima, por não criar atribuições compulsórias, despesas adicionais, estruturas administrativas ou interferência na gestão direta das bibliotecas, respeitando o princípio da separação dos poderes.

A proposta fortalece políticas públicas de leitura e cultura, ampliando o acesso ao livro e estimulando a participação comunitária. Além disso, valoriza escritores, mediadores de leitura e artistas locais, fortalecendo a produção cultural acreana.

Sala das sessões "Deputado Francisco Cartaxo",

05 de dezembro de 2025.

Deputado AFONSO FERNANDES
SOLIDARIEDADE